1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2017.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo e ou passivo líquido de benefício é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture Joint operation*);
- Nota explicativa 3 Combinação de negócios aquisição de controlada;
- Nota explicativa 9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 15 (c) Teste de ágio para verificação de *impairment*;
- Nota explicativa 18 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 20 Impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação suplementar.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos

líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)
Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(v) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(vi) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são

eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País	
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil	
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil	
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil	
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai	
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China	
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália	
Pologren Austrália Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália	
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália	
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá	
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens	
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina	
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul	
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil	
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil	
Neobus Chile SPA.	Neobus Chile	Peso Chileno	Chile	
NewRoad México S.A. de C.V.	NewRoad	Peso Mexicano	México	
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil	
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México	
San Marino Ônibus Ltda.	San Marino	Reais	Brasil	
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil	
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México	
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil	
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil	
Volare Del Peru S.A.C.	Volare Peru	Novo Sol	Peru	
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	País	
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito	
Kamaz Marco LLC.	Kamaz	Rublo	Rússia	

Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
Manakus C A C	Managhar	C - 1	D
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
New Flyer Industries Inc. Setbus Soluções Automotivas Ltda.	New Flyer Setbus	Dólar Canadense Reais	Canadá Brasil
New Flyer Industries Inc. Setbus Soluções Automotivas Ltda. Spheros Climatização do Brasil S.A.	New Flyer Setbus Spheros	Dólar Canadense Reais Reais	Canadá Brasil Brasil

2.5 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo; e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela

correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(c) Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto

prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo desses ativos, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.6.5 Redução ao valor recuperável *Impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais:
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de

valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(d) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(e) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas

imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo

que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de

produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o software pode ser vendido ou usado;
- . o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo
 risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente
 para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos
 adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada
 em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é
 ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A
 Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para
 contas a receber.

2.16 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.17 Provisão para garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil:
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício:
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.20 Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da

IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou apos 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture
 (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou
 Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS
 28)
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Combinação de negócios - aquisição de controlada

Em 18 de julho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a aquisição do controle da San Marino, fabricante de carrocerias para ônibus e micro-ônibus, ao adquirir mais 55% dessa entidade. Como resultado, a participação acionária da Companhia aumentou de 45% para 100%.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de agosto, os acionistas da Marcopolo aprovaram a incorporação da L&M Incorporadora Ltda., controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. ("Neobus"), mediante a emissão de 12.108.151 novas ações preferenciais.

No processo de aquisição do investimento foi apurado um ágio no montante de R\$ 30.739 após a Alocação do Preço de Compra de R\$ 24.413 da Mais Valia e um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 8.300 mil.

(a) A soma dos valores dos ativos líquidos adquiridos, resultaram nos seguintes montantes :

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	R\$ mil
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4.127
Clientes	99.063
Estoques	59.272
Outros	24.180
Não circulante	
Outros ativos	47.379
Imobilizado	152.365
Intangível	4.068
Total do Ativo	390.454
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	(44.468)
Empréstimos e financiamentos	(136.896)
Outros	(31.345)
Não circulante	,
Empréstimos e financiamentos	(106.833)
Outros	(44.096)
Total do Passivo	(363.638)
Ativos líquidos de passivos	26.816
% de participação comprada	100,00%

(b) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	R\$ Mil
Contra prestação transferida	73.668
Patrimônio líquido adquirido Mais valia de ativos	26.816
Terrenos	16.518
Prédios	7.895
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.300)
Ágio	30.739

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas na nota explicativa 2.1 (c).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

				Consolidado
				2016
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas		-		_
Dólares americanos	316.507	15.458	322.577	196.797
Dólares australianos	43.023	26.677	74.243	30.480
Randes sul-africanos	20.466	49	842	5.138
Renminbis chinês	18.787	<u>-</u> .	15.756	
	398.783	42.184	413.418	232.415
				Consolidado
				2015
	Contas a			
	receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	333.291	5.903	461.857	78.943
Dólares australianos	34.684	28.506	79.920	32.039
Pesos argentinos	-	-	-	4.410
Randes sul-africanos	11.163	13.758	624	13.151
Renminbis chinês	25.390	7.329	22.911	

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 46,1% das receitas previstas para 2017, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 29.430 (controladora) e R\$ 87.893 (consolidado) em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 32.572 e R\$ 77.588 em 31 de dezembro de 2015) representativos de 6,4% e 6,0%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (5,6% e 4,7% em 31 de dezembro de 2015), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

		Consolidado			
	-				2016
	-			Fluxo de cai	xa contratual
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos Empréstimos e financiamentos	2.299.234	2.616.781	978.687	1.395.853	242.241
Fornecedores	251.454	251.454	251.454	1.393.633	242.241
Passivos financeiros derivativos Instrumentos financeiros derivativos	492	492	492	-	-
	-				Consolidado
					2015
	-			Fluxo de cai	xa contratual
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos	0.474.046	2.700.174	1.014.046	1.504.006	170 222
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	2.474.846 249.138	2.788.174 249.138	1.014.846 249.138	1.594.096	179.232
Passivos financeiros derivativos Instrumentos financeiros derivativos	921	921	921	-	-

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

		Cenário provável		
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		10,50	13,13	15,75
TJLP - %		7,50	9,38	11,25
Taxa cambial - US\$		3,40	4,25	5,10
Taxa cambial - Euro		3,65	4,56	5,48
LIBOR - %		1,55	1,94	2,33
Custo do ACC deságio - %		3,04	3,80	4,56
	Aplicações financeiras	111.185	138.835	166.460
	Relações interfinanceiras	76.376	85.047	93.721
	Empréstimos e financiamentos	(155.287)	(247.607)	(341.694)
	Forwards	(5.856)	(20.843)	(24.941)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	15.485	108.506	201.527
	Ganho/(Perda)	41.903	63.938	95.073

5.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (Balanced Score Card) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (Weighted Average Cost Of Capital), Dívida líquida/EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a. Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados (Nota 31):

	Consolidado		Segmento	<u>Industrial</u>	Segmento Financeiro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Total dos empréstimos	2.299.234	2.474.846	1.645.904	1.755.647	653.330	719.199
Instrumentos financeiros derivativos	492	921	492	921	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.209.459)	(1.131.162)	(1.164.763)	(1.111.998)	(44.909)	(19.164)
Menos: aplicações financeiras	(224.151)	(234.014)	(224.151)	(234.014)	-	_
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(6.498)		(6.498)	<u> </u>		
Dívida líquida (A)	859.618	1.110.591	250.984	410.556	608.421	700.035
Total do patrimônio líquido (B)	1.868.517	1.862.183	1.636.984	1.636.306	231.533	225.877
£ 11					2.52	210
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	46	60	15	25	263	310

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado		
Add and	2016	2015	
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
- Fundo de investimento renda fixa	_	152	
- Derivativos para negociação	6.498	1.803	
Ativos disponíveis para venda			
- Certificados de depósitos bancários	224.151	184.714	
	230.649	186.669	
Passivos			
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado			
- Derivativos para negociação	492	921	
	492	921	

5.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras, perdas financeiras ou danos à sua imagem tenham ocorrido. Tais

procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

6 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- Aplicações financeiras As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos:
- (ii) Contas a receber de clientes Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) Outros passivos financeiros

(i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

		Consolidado	Consolidado		
Natureza do ativo		2016		2015	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	
Empréstimos e financiamentos	2.299.234	2.273.390	2.474.846	2.441.926	

(ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos

financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional	Va	alor justo		Valores a receber
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2016	2016	2015	2016	2015
<u>Marcopolo</u>	BRADESCO SANTANDER SAFRA BRADESCO SANTANDER	Venda Venda Venda Compra Compra	10.10.16 07.10.16 10.10.16	16.02.17 11.04.17 23.03.17	USD mil 7.050 21.410 9.060	773 3.059 1.076	288 41	773 3.059 1.076	- - 288 41
					-	4.908	329	4.908	329
Masa	STD ABSA	Compra Compra	30.11.16 23.08.16	31.03.17 24.02.17	<u>USD mil</u> 584 993	54 45	1.380	54 45	1.380
					-	99	1.380	99	1.380
MP Austrália	CITIBANK WESTERN UNION	Compra Compra	14.06.16 28.10.16	17.01.17 05.12.17	USD mil 517 3.600 CHF mil	17 472	- 4	17 472	4
	CITIBANK	Compra	28.10.16	05.07.17	700 SGD mil	18	-	18	-
	CITIBANK	Compra	28.10.16	05.09.17	775 CNY mil	4	-	4	-
	CITIBANK	Compra	08.11.16	08.11.17	20.718	266		266	
					-	777	4	777	4
Polomex	MONEX	Compra	29.06.16	17.01.17	<u>USD mil</u> 2.800	714	<u> </u>	714	
						714		714	<u>-</u>
Volare					HCD!				
<u>Veículos</u>	BBA	Compra			USD mil	<u> </u>	90		90
					-	<u> </u>	90		90
						6.498	1.803	6.498	1.803
Passivos									
					Valor nocional	Va	nlor justo		Valores a pagar
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2016	2016	2015	2016	2015
<u>Marcopolo</u>	BRADESCO SANTANDER BBA	Venda Venda Compra	19.10.16 24.10.16	23.02.17 21.02.17	<u>USD mil</u> 4.250 4.550	(182) (250)	(63) (38) (73)	(182) (250)	(63) (38) (73)
					-	(432)	(174)	(432)	(174)
<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda	29.12.16	30.01.17	USD mil 775	(1)		(1)	
					-	(1)	<u> </u>	(1)	<u>-</u>
MP Austrália	WESTERN UNION	Compra	09.10.16	07.02.17	USD mil 209 SGD mil	(10)	(405)	(10)	(405)
	CITIBANK	Compra	28.10.16	10.10.17	465 CHF mil	(1)	(50)	(1)	(50)
	CITIBANK	Compra	28.10.16	10.10.17	504	(11)	(197)	(11)	(197)

	WESTERN UNION	Compra			CD TV 1	-	(81)	-	(81)
	CITIBANK	Compra			CNY mil	<u>-</u>	(14)	<u>-</u>	(14)
						(22)	(747)	(22)	(747)
Polomex	MONEX	Compra	09.12.16	19.09.17	USD mil 10.500	(37)	<u>-</u> .	(37)	
						(37)	<u> </u>	(37)	
						(492)	(921)	(492)	(921)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 conforme abaixo:

			Ganhos/perd	as realizados
	Juros sobi	re derivativos	Variação Cambial sobr	e derivativos
	2016	2015	2016	2015
Marcopolo	10.753	(1.469)	12.218	8.769
Ciferal	-	`	-	(478)
Volare ES	(270)	-	(300)	-
Masa	-	-	(299)	(595)
MP Austrália	_	-	· -	19

7 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

Controladas					Percentual	de participação
			2016			2015
	Direta	Indireta	Não controladores	Direta	Indireta	Não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Mapla	-	-	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
San Marino	100,00	-	-	-	-	-
Rotas do Sul (2)	-	100,00	-	-	-	-
San Marino México (2)	-	100,00	-	-	-	-
NewRoad (2)	-	100,00	-	-	-	-
Neobus Chile (2)	-	100,00	-	-	-	-
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Peru	99,90	0,10	-	-	-	-

⁽¹⁾ Consolida na MP Austrália.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

⁽²⁾ Consolida na San Marino.

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)

	Percentual de participação						
		2016	2015				
	Direta	<u>Indireta</u>	Direta	Indireta			
GB Polo	49,00	_	49,00	_			
Kamaz	50,00	-	50,00	-			
Loma	50,00	-	50,00	-			
Metalpar (1)	1,00	49,00	-	50,00			
Metalsur (1)	-	25,50	-	25,50			
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00			
San Marino	-	-	45,00	-			
Rotas do Sul (2)	-	_	-	45,00			
San Marino México (2)	-	-	-	45,00			
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39			
TMML	49,00	-	49,00	-			

⁽¹⁾ Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		Passivo	Rece	ita líquida	Lucro	(prejuízo)
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
GBPolo	54.299	145.690	73.919	139.135	45.446	94.061	(27.186)	(13.859)
Kamaz	5.473	6.782	10.577	12.416	2.315	16.316	570	(2.834)
Loma	227.120	214.873	159.214	135.175	371.993	465.888	15.588	36.870
San Marino	-	416.864	-	356.333	-	306.961	-	(21.084)
Superpolo	216.494	172.207	137.731	91.430	249.748	213.171	14.794	11.179
TMML	188.822	208.492	147.791	162.739	244.842	306.663	4.547	(6.427)

⁽²⁾ Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na San Marino até a combinação de negócio.

(c) Coligadas (não consolidadas)

	Percentual de participação						
		2016					
	Direta	Indireta	Direta	Indireta			
Mercobus	40,00	-	40,00	-			
MVC	-	_	26,00	_			
New Flyer	-	10,81	· -	19,97			
Setbus	25,10	21,96	25,10	21,96			
Spheros	40,00	-	40,00	-			
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	· -	40,00			
Spheros México (1)	-	40,00	_	40,00			
WSul	30,00	· -	30,00	-			

⁽¹⁾ Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		Passivo	Rece	ita líquida	Lucro	(prejuízo)
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Mercobus	6.989	7.189	1.786	1.266	11.330	11.925	4.680	4.963
MVC	-	585.053	-	584.615	-	275.954	(438)	(137.323)
Setbus	11.349	11.801	24.978	22.996	2.460	14.395	(2.430)	(4.948)
Spheros	82.207	61.700	31.274	26.452	159.558	138.809	18.503	12.538
WSul	12.475	7.685	1.852	1.422	23.750	19.643	4.360	163

A seguir apresentamos a natureza das participações:

<u>Apolo Soluções em Plásticos Ltda.</u> – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto
a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central
e atua no mercado do Brasil.

<u>Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

<u>San Marino Ônibus Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- <u>San Marino Bus de México S. A. de C.V.</u> Controlada integral, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.

- <u>NewRoad México S.A. de C.V.</u> Controlada integral, localizada no México, tem por objeto acoplamento de carrocerias e comercialização de peças.
- <u>Neobus Chile SPA.</u> Controlada integral, localizada no Chile, tem por objeto a comercialização de produtos e peças.

<u>Ilmot International Corporation.</u> – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. localizada em Monterrey, Nuevo León, México, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- <u>Superpolo S.A.S.</u> localizada na Colômbia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo Auto Componentes Co.</u> – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

<u>Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.</u> – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- <u>Pologren Austrália Holdings Pty Ltd.</u> Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - <u>Volgren Austrália Pty Limited.</u> localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo Canadá Holdings Corp.</u> – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte coligada:

• New Flyer Industries Inc. – localizada no Canadá, com participação de 10,81% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

<u>Marcopolo International Corp.</u> – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

<u>Marcopolo South África Pty Ltd.</u> – Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo Trading S. A.</u> – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

<u>Superpolo S.A.S.</u> – localizada na Colômbia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

<u>Volare Veículos Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

<u>Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.</u> — Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

<u>Volare Del Perú S.A.C.</u> – Controlada integral, localizada no Peru, e tem por objeto o comércio de veículos bem como peças e acessórios.

<u>GB Polo Bus Manufacturing S. A. E.</u> – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Kamaz Marco LLC.</u> – Coligada, com participação de 50% localizada em Moscow, Federação da Rússia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Loma Hermosa S. A.</u> – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- <u>Metalpar S.A.</u> Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- <u>Marcopolo Argentina S.A.</u> Empreendimento controlado em conjunto, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Marsa tem por objeto o comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

<u>Tata Marcopolo Motors Limited.</u> – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Mercobus S.A.C.</u> – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

<u>MVC Componentes em Plásticos LTDA.</u> – Coligada, com participação de 26% no capital, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, com alienação da totalidade da participação para a Artecola Participações S.A., em 22 de junho de 2016.

<u>Setbus Soluções Automotivas Ltda.</u> – Coligada, com participação direta de 25,10% e participação indireta de 21,96% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

<u>Spheros Climatização do Brasil S. A.</u> – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- <u>Spheros México S. A. de C. V.</u> Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colômbia Ltda. Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

<u>WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.</u> – Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados e seus derivados.

8 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

<u>-</u>	Controladora		Consolidad	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	24.954	43.588	30.821	44.682
No exterior	138	260	118.441	128.388
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
No Brasil (*)	891.903	879.395	1.022.078	958.092
No exterior		<u> </u>	38.119	
Total do caixa e equivalente de caixa	916.995	923.243	1.209.459	1.131.162

^(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99,0% e 102,0% do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2016.

8.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Mantidos para negociação				
Fundos de investimentos de renda fixa	-	152	-	152
Derivativos - mercado a termo (Non Deliverable				
Forwards)	4.908	329	6.498	1.803
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários (*)	222.997	184.714	224.151	184.714
	227.905	185.195	230.649	186.669
Não circulante				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	24.966	114.878	18.817	47.345
	24.966	114.878	18.817	47.345

^(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 100,10% do CDI em 31 de dezembro de 2016.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

9 Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
No mercado nacional	178.047	252.236	250.288	331.026
No mercado externo	226.943	290.792	408.433	416.056
Partes relacionadas	58.206	44.347	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	315.934	357.634
Ajuste a valor presente	(3.051)	(3.571)	(4.599)	(4.178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.430)	(32.572)	(69.240)	(67.938)
	430.715	551.232	900.816	1.032.600

Não circulante

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Relações interfinanceiras	-		500.296	547.865
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(18.653)	(9.650)
	- _		481.643	538.215
	430.715	551.232	1.382.459	1.570.815

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Controladora	Consolidado			
	2016	2015	2016	2015		
Valores a vencer	310.137	351.874	1.242.492	1.308.040		
Vencidos:						
Até 30 dias	31.841	43.589	47.912	79.474		
Entre 31 e 60 dias	5.461	19.664	12.075	27.973		
Entre 61 e 90 dias	3.433	5.382	7.560	10.402		
Entre 91 e 180 dias	13.123	7.838	40.169	35.323		
Acima de 181 dias	99.201	159.028	124.743	191.369		
Ajuste a valor presente	(3.051)	(3.571)	(4.599)	(4.178)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.430)	(32.572)	(87.893)	(77.588)		
	430.715	551.232	1.382.459	1.570.815		

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(28.428)	(77.681)
Provisão registrada no exercício	(3.338)	(8.314)
Reversão de provisão contra contas a receber (write-off)	1.651	14.536
Variação cambial	(2.457)	(6.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(32.572)	(77.588)
Provisão registrada no exercício	(2.056)	(28.298)
Reversão de provisão contra contas a receber (write-off)	6.063	16.951
Variação cambial	(865)	1.072
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(29.430)	(87.893)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

		Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Reais	203.772	260.440	983.676	1.166.287	
Dólar Americano	226.943	290.792	316.507	333.291	
Dólar Australiano	-	-	43.023	34.684	
Rande	-	-	20.466	11.163	
Renminbi			18.787	25.390	
	430.715	551.232	1.382.459	1.570.815	

		Consolidado			
	2016	2015	2016	2015	
Produtos acabados	65.475	77.974	104.192	124.782	
Produtos em elaboração	40.817	31.548	116.790	68.368	
Matérias-primas e auxiliares	101.316	115.230	222.404	225.370	
Adiantamentos a fornecedores e outros	7.821	2.637	35.647	26.582	
Provisão para perdas nos estoques	(3.313)	(857)	(6.976)	(7.328)	
	212.116	226.532	472.057	437.774	

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(2.200)	(7.036)
Reversão de provisão	1.973	4.833
Provisão registrada no exercício	(630)	(3.773)
Variação cambial	<u></u>	(1.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(857)	(7.328)
Reversão de provisão	741	7.247
Provisão registrada no exercício	(3.197)	(8.339)
Variação cambial		1.444
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3.313)	(6.976)

11 Impostos e contribuições a recuperar

impostos e contribuições a recuperar		Controladora	Consolidad		
	2016	2015	2016	2015	
Circulante					
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	25.087	19.091	40.271	26.841	
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	6.835	6.029	9.889	8.712	
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	12.819	11.551	13.152	11.674	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias					
e Serviços (ICMS)	25.073	6.393	36.904	12.752	
Programa de Integração Social (PIS)	1.335	1.894	4.409	3.898	
Contribuição para Financiamento da					
Seguridade Social (COFINS)	3.419	6.934	19.863	18.089	
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	7.780	14.112	8.431	14.701	
Reintegra	3.849	7.292	4.807	7.642	
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	26.234	14.003	
Outros	65	45	73	74	
	86.262	73.341	164.033	118.386	
Não circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e					
Serviços (ICMS)	444	629	5.584	842	
Contribuição para Financiamento da					
Seguridade Social (COFINS)	-	-	11.231	-	
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	2.878	-	
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	<u>-</u>		202	65	
	444	629	19.895	907	
	86.706	73.970	183.928	119.293	

12 Investimentos

		Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Controladas	1.108.839	1.197.584	-	-	
Controladas em conjunto	88.874	172.395	81.571	500.340	
Coligadas	22.216	15.650	227.383	15.650	
Outros investimentos		<u> </u>	120	139	
	1.219.929	1.385.629	309.074	516.129	

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

																		Co	ontroladas
																			Total
	Apolo	Ciferal	llmot	Mac	Mapla	MP Austrália	Masa	MIC	Moneo	MP Canadá	Polomex		Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	Volare Peru	2016	2015
B. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.			(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1) e (3)	(1)	(2)					(1)		
Dados dos Investimentos	3.750	20.000	50.181	9,662		52,993	7.390	4.562	100.000	169.637	28.720	171.000	4.000	3.000	150.000	11.000	674		
Capital social	3.794	147.664	106.175	5.575	-	53.235	52.267	1.526	232.429	246.889	118.366	69.189	5.071	6,667	122,608	4.783	1.268		
Patrimônio líquido ajustado Ações ou quotas possuídas		499.953	50.000	3.373	4.000		100.000	1.400.000	100.000	4.925.530	3.011.659	7.478.482	3.071	3,450,103	19.980	999	999		
% de participação	65,00	99,99	100,00	100.00	99,99	100,00	100.000	100,00	100.000	100,00	3,61	100,00	99,99	99,99	99,90	99,90	99,90		
Lucro (prejuízo) líquido do	03,00	99,99	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	5,01	100,00	99,99	99,99	99,90	99,90	99,90		
período	(65)	(47.005)	12.936	5.544	(13.707)	4,566	3,409	(36)	7.336	336.287	12.216	(47.699)	348	612	(19.330)	(660)	613		
P	(00)	(,			(,			()				(,			(-,,	()			
Movimentação dos investimentos																			
Saldos iniciais:																			
Pelo valor patrimonial	2.508	194.660	112.096	439	90	59.055	51.607	1.869	226.843	458.643	4.547	-	4.722	6.199	71.866	2.440	-	1.197.584	1.016.397
Adiantamento para aumento																			
de capital	-	=	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.000	-	-	-	-	-	90.000	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.930	2.997	807	73.734	39.960
Aquisição conforme																			
combinação de negócio	-	-	- (2.404)	-	-	-	-	-		-	-	32.934	-	-				32.934	-
Dividendos recebidos	-	-	(2.101)	-	-	-	-	-	(1.743)	(343.899)	-	-	-	(145)	-	-	-	(347.888)	(22.675)
Resultado de equivalência	(10)	(45,000)	12.026		(12.700)	4.5	2 400	(20)	7.00	224 207	444	(47.600)	240	c10	(10.211)	(550)	c10	242 625	25 200
patrimonial	(42)	(47.003)	12.936	5.544	(13.706)	4.566	3.409	(36)	7.336	336.287	441	(47.699)	348	612	(19.311)	(659)	612	243.635	25.288
Ajustes acumulados de			(16.756)	(400)	(22)	(10.200	(2.740)	(307)		(111.270	(715)	128					(150)	(1.42.742)	172.882
conversão	-	-	(10.750)	(408)	(22)	(10.386)	(2.749)		-	(111.376)	(715)	(6.027)	-	-	-	-	(152)	(142.743)	172.882
Impairment Transferência de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.027)	-	-	-	-	-	(6.027)	-
em conjunto para																			
controlada												46,738						46,738	
Variação cambial sobre	-	-	-	-	-	-	-	-	-			40.738	-	-	-	-	-	40.738	-
redução de capital					13.638					(21.001)								(7.363)	12.419
Redução de capital	-	-	-	_	15.056	-	-	-	-	(71.765)			-	-	-	-	-	(71.765)	(46.687)
Saldos finais:										(11.703)								(11.705)	(+0.007)
Pelo valor patrimonial	2.466	147.657	106.175	5.575	_	53,235	52.267	1.526	232.436	246.889	4.273	116.074	5.070	6,666	122.485	4.778	1.267	1.108.839	1.197.584
1 Cio vaioi paumoniai	2.400	147.037	100.173	3.313		23.233	34.407	1.520	232.730	240.007	7.213	110.074	3.070	0.000	122.703	7.770	1.207	1.100.037	1.171.504

⁽¹⁾ Empreendimentos no exterior.
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.
(3) Alienação de 4,5 milhões de ações de emissão da New Flyer Industries Inc. (NFI), equivalente a 7,4% de participação no capital social da companhia, que gerou um resultado de R\$ 268.133 mil.

Empreendimentos controlados em conjunto:

						Empreen	dimentos co	ntrolados en	n conjunto
									Total
	GBPolo	Kamaz	Loma	Metalpar	San Marino	Superpolo	TMML	2016	2015
	(1)	(1)	(1),(2)	(1)	(2)	(1)	(1)		
Dados dos investimentos									
Capital social	17.748	2.881	20.224	10.519	171.000	14.011	81.601		
Patrimônio líquido ajustado	(19.620)	(5.104)	67.906	29.800	69.189	78.763	41.031		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	1	15.949.948	473.995	7.478.482	265.763	24.500		
% de participação	49,00	50,00	50,00	1,00	45,00	20,61	49,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.186)	570	15.588	4.100	(35.331)	14.794	4.547		
Movimentação dos investimentos Saldos iniciais:									
Pelo valor patrimonial	3.212	(2.817)	70.301	392	62.240	16.648	22.419	172.395	153.908
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	(1.445)	-	(1.445)	(1.488)
Resultado de equivalência patrimonial	(13.321)	285	7.794	41	(15.899)	3.049	2.228	(15.823)	13.741
Ajustes acumulados de conversão Transferência de Controlada em	495	(20)	(13.691)	(135)	397	(2.019)	(4.542)	(19.515)	6.234
Conjunto para Controlada					(46.738)			(46.738)	
Saldos finais:									
Pelo valor patrimonial	(9.614)	(2.552)	64.404	298		16.233	20.105	88.874	172.395
Ágio sobre investimento	_	_	(30.451)	_	_	_	_	(30.451)	(65.453)
Participação indireta - Superpolo	_	_	(5051)	_	_	23.148	_	23.148	23.738
Participação indireta - New Flyer									369.660
Pelo valor patrimonial consolidado	(9.614)	(2.552)	33.953	298	_	39.381	20.105	81.571	500.340
(1) Emmanudimentos no sytemion									

Coligadas:

<u>-</u>								Coligadas
<u>-</u>								Total
-	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	New Flyer	2016	2015
Dados dos investimentos	(*)	(1)				(1)		
Capital social	34.011	225	15.000	1.000	6.100	2.102.368		
Patrimônio líquido ajustado	-	5.193	50.933	(13.629)	10.623	1.900.217		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25.100	1.830.000	6.587.834		
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,10	30,00	10.81		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(438)	4.680	18.503	(2.430)	4.360	321.040		
Movimentação dos investimentos								
Saldos iniciais:								
Pelo valor patrimonial	114	2.369	14.099	(2.811)	1.879		15.650	53.833
Dividendos recebidos	-	(1.837)	-	-	-		(1.837)	(8.355)
Resultado de equivalência patrimonial	(114)	1.872	7.401	(610)	1.308		9.857	(29.898)
Ajustes acumulados de conversão	_	(327)	(1.127)	_			(1.454)	70
Saldos finais:								
Pelo valor patrimonial		2.077	20.373	(3.421)	3.187		22.216	15.650
Participação indireta - New Flyer						205.167	205.167	-
Pelo valor patrimonial	<u>-</u>	2.077	20.373	(3.421)	3.187	205.167	227.383	15.650

Empreendimentos no exterior.
 Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Empreendimento no exterior.
 Investimento alienado em junho de 2016.

13 Propriedade para investimento

É constituído de um terreno de 140.000 m2 e área construída de 20.378,87m2, localizado em Três Rios, no Rio de Janeiro e está mensurado pelo seu valor contábil no valor de R\$ 48.941 mil. A propriedade para investimento não está sendo utilizada nas atividades operacionais da empresa e é mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital. No decorrer do exercício 2016 não houve renda proveniente do imóvel, apenas gastos com vigilância, seguro e energia.

		Consolidado
	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro Reclassificação de imobilizado	- 48.941	-
Saldo em 31 de dezembro	48.941	

14 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	18.071	103.056	77.316	4.153	7.172	3.762	98	11.402	225.030
Adições	10.071	2.267	11.250	258	1.061	180	77	4.260	19.353
Baixas	_	(141)	(1.022)	(30)	(39)	(279)	-	(112)	(1.623)
Transferências	_	6.722	2.335	-	(99)	1		(8.959)	(1.025)
Depreciações		(3.544)	(13.903)	(572)	(2.189)	(660)			(20.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18.071	108.360	75.976	3.809	5.906	3.004	175	6.591	221.892
Custo do imobilizado	18.071	181.775	203.234	9.231	19.516	7.044	175	6.591	445.637
Depreciação acumulada		(73.415)	(127.258)	(5.422)	(13.610)	(4.040)			(223.745)
Valor residual	18.071	108.360	75.976	3.809	5.906	3.004	175	6.591	221.892
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18.071	108.360	75.976	3.809	5.906	3.004	175	6.591	221.892
Adições	4	408	4.093	198	888	69	-	2.723	8.383
Baixas	-	(5)	(613)	(17)	(22)	(15)	-	(138)	(810)
Transferências	(1)	3.527	(657)	-	-	-		(2.869)	-
Depreciações		(3.811)	(12.808)	(559)	(2.133)	(583)			(19.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.074	108.479	65.991	3.431	4.639	2.475	175	6.307	209.571
Custo do imobilizado	18.074	185.764	203.412	9.222	19.934	7.042	175	6.307	449.930
Depreciação acumulada		(77.285)	(137.421)	(5.791)	(15.295)	(4.567)			(240.359)
Valor residual	18.074	108.479	65.991	3.431	4.639	2.475	175	6.307	209.571
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	11,3	9,0	16,7	13,4			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
					•				<u> </u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	22.809	214.928	149.632	8.720	8.524	6.791	2.711	20.909	435.024
Efeito cambial	118	688	9.685	378		709	851	75	12.504
Adições	-	81.397	50.101	1.749	1.877	1.813	1.420	19.908	158.265
Baixas	-	(200)	(4.751)	(322)	(81)	(507)	(717)	(112)	(6.690)
Transferências	-	7.534	3.159	-	(99)	1	247	(10.842)	-
Depreciações		(5.477)	(25.398)	(1.450)	(2.581)	(1.835)	(1.022)		(37.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22.927	298.870	182.428	9.075	7.640	6.972	3.490	29.938	561.340
Custo do imobilizado	22.927	392.396	419.498	19.241	22.809	14.892	16.867	29.938	938.568
Depreciação acumulada		(93.526)	(237.070)	(10.166)	(15.169)	(7.920)	(13.377)		(377.228)
Valor residual	22.927	298.870	182.428	9.075	7.640	6.972	3.490	29.938	561.340
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22,927	298.870	182.428	9.075	7.640	6.972	3.490	29.938	561.340
Efeito cambial	(70)	(386)	(5.268)	(196)	-	(524)	(632)	27.750	(7.076)
Adições	154	17.654	45.425	593	1.081	1.056	541	5,770	72.274
Aquisição de investimento	40.997	59.627	41.987	1.650	_	3.946	785	3,373	152.365
Baixas	-	-	(2.443)	(50)	(42)	(431)	(337)	(613)	(3.916)
Transferências	21.532	12.796	7.548	(185)	(113)	(9)	218	(17.374)	24.413
Reclassificado para propriedade				` ,	` ′	` '		` ′	
para investimento	(22.892)	(23.958)	(2.091)	_	-	_	-	-	(48.941)
Depreciações		(5.892)	(29.638)	(1.390)	(2.510)	(1.779)	(981)		(42.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62.648	358.711	237.948	9.497	6.056	9.231	3.084	21.094	708.269
Custo do imobilizado	62.648	466.477	533.695	22.814	23.280	20.618	16.241	21.094	1.166.867
Depreciação acumulada		(107.766)	(295.747)	(13.317)	(17.224)	(11.387)	(13.157)		(458.598)
Valor residual	62.648	358.711	237.948	9.497	6.056	9.231	3.084	21.094	708.269
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	11,3	9,0	16,7	13,4	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) Garantia

Em 31 de dezembro de 2016, propriedades com valor contábil residual de R\$ 45.829 mil (R\$27.413 mil em 31 de dezembro de 2015) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

15 Intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	Softwares	registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	5.965	44	6.009
Adições	1.545	3	1.548
Baixas	(130)	-	(130)
Transferências	-	-	-
Amortizações	(1.842)	(11)	(1.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.538	36	5.574
Custo do intangível	52.315	1.228	53.543
Amortização acumulada	(46.777)	(1.192)	(47.969)
Valor residual	5.538	36	5.574

Saldos em 31 de dezembro de 2015 Adições Baixas Transferências	5.538 315 - (1.847)	36	5.574 315
Amortizações Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.847) 4.006	25	(1.858) 4.031
Custo do intangível Amortização acumulada	50.489 (46.483)	338 (313)	50.827 (46.796)
Valor residual	4.006	25	4.031
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

Composição do ágio:

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.706	44	7.503	8.419	238.672	264.344
Efeito cambial	1.271	-	1.527	2.614	47.914	53.326
Adições	1.731	3	-	-	-	1.734
Baixas	(133)	-	-	-	-	(133)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.706)	(11)	(5.957)		<u> </u>	(8.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Custo do intangível	59.837	1.228	24.473	11.791	286.586	383.915
Amortização acumulada	(49.968)	(1.192)	(21.400)	(758)		(73.318)
Valor residual	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Efeito cambial	(586)	-	(196)	(1.919)	(34.712)	(37.413)
Adições	934	-	336	-	30.739	32.009
Aquisição de investimentos	1.760	945		1.363		4.068
Baixas	(11)	-	-	(336)	(66.724)	(67.071)
Transferências	-	-	8.775	(8.775)	-	-
Amortizações	(3.127)	(11)	(4.240)	(123)	<u> </u>	(7.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.839	970	7.748	1.243	215.889	234.689
Custo do intangível	66.832	1.283	26.881	3.315	215.889	314.200
Amortização acumulada	(57.993)	(313)	(19.133)	(2.072)		(79.511)
Valor residual	8.839	970	7.748	1.243	215.889	234.689
Taxas anuais de amortização - %	20,0	8,3	25,0	10,0		

	2016	2015
Loma	30.451	30.451
San Marino	30.739	35.002
Pologren	109.195	132.190
New Flyer	45.504	88.943
	215.889	286.586

Ágios

(c) Teste de ágio para verificação de impairment

(i) Ágio do empreendimento controlado em conjunto - Loma

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Loma no montante de R\$ 30.451. As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2016 para a Margem bruta foi de 25,40% (20,70% em 2015), taxa de crescimento esperado de 22,50% (8,90% em 2015) e taxa de desconto de 10,66% (17,60% em 2015) para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado, incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros.

(ii) Ágio da controlada indireta – Pologren

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R\$ 109.195. As projeções foram elaboradas pela controlada indireta Pologren e consolidadas pela MP Austrália. As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2016 para a Margem bruta foi de 19,67% (9,50% em 2015), taxa de crescimento esperado de 6,00% (2,70% em 2015) e taxa de desconto de 10,45% (8,70% em 2015) para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado, incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros.

16 Partes relacionadas

(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Saldos

Saldos

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	ativos por mútuo e conta- corrente	passivos por mútuo e conta- corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/ serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Apolo	-	-	-	102	_	-	-	-
Ciferal	-	12	8.167	472	23.681	3.561	2	-
GB Polo	15.448	-	5.798	-	1.854	-	705	-
Kamaz	1.727	-	-	-	-	-	25	-
Ilmot	463	-	-	-	-	-	24	-
Loma	-	-	7.137	-	62.685	-	-	-
Mac	-	-	8.225	-	3.001	-	-	-
Masa	-	-	9.752	-	22.267	-	-	-
Moneo	32	-	-	-	-	-	4	-
Polomex	-	-	16.202	-	89.463	-	-	-
San Marino	-	-	23	-	780	-	-	-
Setbus	1.584	-	-	40	1	1.703	-	-
Spheros	-	-	-	3.038	27	33.926	-	-
Superpolo	-	-	4.307	-	8.480	-	-	-
TMML	-	-	7.216	-	3.265	-	-	-
Volare Veículos	5.654	-	10.424	329	4.336	1.239	5.200	-
Volare Comércio	-	8	3.932	575	6.895	-	38	1
Volare Peru	-	-	3		4.288	-	-	-
WSul	58			1.126		8.207		
Saldo em 2016	24.966	20	81.186	5.682	231.023	48.636	5.998	1
Saldo em 2015	114.878	2	72.875	4.845	168.592	52.028	3.869	

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

-					2016
_	Fixa	Variável _	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.457	8.079	102	82	16.720
Diretores não estatutários	7.516	7.264	237	47	15.064
<u>-</u>	15.973	15.343	339	129	31.784

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram exercidas as opções de compra de 682.989 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 1,85 por ação com um desconto de R\$ 0,19 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

-					2015
_	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.305	6.721	168	29	15.223
Diretores não estatutários	7.865	2.341	267	22	10.495
<u>-</u>	16.170	9.062	435	51	25.718

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram exercidas as opções de compra de 566.738 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,38 por ação com um desconto de R\$ 0,09 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

17 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média		Controladora		Consolidado	
	ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	2016	2015	2016	2015
Moeda nacional						
FINAME	5,43	2017 a 2025	11.157	12.957	31.396	23.340
Empréstimos bancários	9,69	2017	-	74	56.341	143
Depósitos interfinanceiros	15,98	2017	-	-	50.485	39.425
FINEP	4,52	2017 a 2025	203.881	186.365	275.826	199.549
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2024 e 2025	-	-	143.489	109.574
Fundepar - ES	-	2026	-	-	30.000	-
Exim	7,99	2017 e 2018	-	_	31.887	_
Pré-embarque especial (*)	10,95	2017 e 2018	276.509	302.136	276.509	302.136
Notas de créditos exportação -						
Compulsório	9,11	2017 a 2019	387.038	556.339	387.038	556.339
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	4,82	2017	-	-	59.333	-
Pré-pagamento de exportação em						
dólares norte-americanos	3,31	2018	228.558	413.004	228.558	413.004
Notas de créditos exportação - USD	3,55	2018	24.462	48.854	34.686	48.854
Financiamento em randes	8,59	2017 a 2020	-	-	842	624
Financiamento em renminbi	4,97	2017	-	-	15.756	22.911

	Taxa média		C	ontroladora	(Consolidado
Financiamento em dólares australianos Partes relacionadas	ponderada % a.a. 2,58 Libor + 3,00	Ano de Vencimento 2017	2016	2015 - 2	2016 74.243	2015 79.173
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.131.625	1.519.731	1.696.389	1.795.072
Captações no mercado aberto Moeda nacional BNDES – Operações Pré fixadas BNDES – Operações Pós fixadas BNDES – Operações Pós fixadas	4,19 TJLP + 1,61 SELIC + 2,04	2017 a 2024 2017 a 2022 2017 a 2022	- - -	- - -	429.156 143.389 30.300	613.321 66.453
Subtotal de captações no mercado aberto				<u> </u>	602.845	679.774
Total de empréstimos e financiamentos			1.131.625	1.519.731	2.299.234	2.474.846
Passivo circulante			(397.447)	(582.682)	(925.062)	(965.139)
Passivo não circulante			734.178	937.049	1.374.172	1.509.707

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

		Controladora		
	2016	2015	2016	2015
De 13 a 24 meses	396.711	577.147	602.298	800.335
De 25 a 36 meses	235.924	218.705	384.050	338.985
De 37 a 48 meses	37.715	78.617	134.223	166.868
De 49 a 60 meses	14.918	30.408	66.913	78.170
Após 60 meses	48.910	32.172	186.688	125.349
	734.178	937.049	1.374.172	1.509.707

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 45.829 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 22.317 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 190.290 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 506.424 mil em 31 de dezembro de 2015). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 3 anos. Contudo, os contratos possuem cláusulas restritivas "Covenants", que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Os mesmos foram atendidos.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	2016	2015	2016	2015	
De 1 a 12 meses	246.832	256.531	223.587	235.174	
De 13 a 24 meses	178.698	206.892	162.211	192.044	
De 25 a 36 meses	124.831	133.351	115.448	124.095	
Após 36 meses	106.522	135.205	101.599	128.461	
	656.883	731.979	602.845	679.774	

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

18 Provisões

(a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

			Co	ntroladora
		2016		2015
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	964	18.881	964	_
Trabalhista	14.357	28.452	11.065	16.677
Tributário	14.973	211.156	13.494	125.939
	30.294	258.489	25.523	142.616
			C	<u>onsolidado</u>
		2016		2015
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	2.007	19.323	964	442
Trabalhista	18.084	29.011	12.486	16.677
Tributário	15.254	259.377	13.688	172.091
	35.345	307.711	27.138	189.210

	Controladora			Consolidado		
Depósitos judiciais	2016	2015	2016	2015		
Cível	980	980	3.753	980		
Trabalhista	5.652	2.676	7.654	3.855		
Tributário	2.132	1.772	8.167	7.592		
	8.764	5.428	19.574	12.427		

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Prováveis perdas - provisionadas

	C	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015		
REINTEGRA-apropriação de crédito (i) Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii) Outras contingências de menor valor	545 11.435 2.993	484 10.171 2.839	545 11.435 3.274	484 10.171 3.033		
	14.973	13.494	15.254	13.688		

⁽i) Contingência relativa a crédito de Reintegra – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1° e 2° trimestre de 2012.

Possíveis perdas - não provisionadas

-	Controladora		Consolid	
-	2016	2015	2016	2015
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	6.962	6.497	6.962	6.497
COFINS – pedido de restituição (i)	20.060	18.207	20.060	18.207
PIS, COFINS – crédito	7.898	6.992	7.898	6.992
PIS – compensações (ii)	13.074	11.444	13.074	11.444
IPI – crédito	1.709	1.825	1.709	1.825
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.763	2.609	2.763	2.609
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iii)	15.877	14.445	15.877	14.445
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (iv)	26.885	24.319	26.885	24.319
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	3.303	2.957	3.303	2.957
IRPJ e CSLL – lucros do exterior (v)	36.169	-	36.169	-
DCP – Atualização monetária (vi)	24.422	-	24.422	-
REINTEGRA – Compensação (vii)	14.143	12.822	14.143	12.822
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	-	-	34.162	32.135
ICMS – documentos fiscais inidôneos (ix)	14.531	13.139	14.531	13.139
ISS - serviços tomados de terceiros	5.389	4.782	5.389	4.782
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	6.422	5.901	6.422	5.901
Outras contingências de menor valor	11.549	-	25.608	14.017

⁽ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.

C	<u>ontroladora</u>	Consolid		
2016	2015	2016	2015	
211.156	125.939	259.377	172.091	

- (i) Contingências relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.
- (ii) Contingência relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.
- (iii) Contingência relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (iv) Contingência relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
- (v) Contingência relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (vi) Contingência relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (vii) Contingência relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (viii) Contingência da controlada, relativa a discussões sobre ICMS saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (ix) Contingência relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

	·	Consolida		
		2016	2015	
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente Tributário Previdenciário	13.283	12.515 2.733	11.851	11.166 2.438
	13.283	15.248	11.851	13.604

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI.
- Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias

• Contribuição Social Previdenciária – INSS.

19 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2016 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 6.975 (R\$ 16.543 em 2015). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores relacionados aos benefícios pósemprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano	(244.008) 256.669	(196.773) 219.711	(246.707) 259.524	(198.861) 222.042	
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	(12.661)	(22.938)	(12.817)	(23.181)	
Passivo a ser reconhecido		<u> </u>			

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso,

aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano Perdas (ganhos) atuariais (Despesa) Receita anual líquida reconhecida	9.713 (9.713)	10.165 (10.165)	9.825 (9.825)	10.298 (10.298)
Em 31 de dezembro	<u>-</u>			<u> </u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em 1º de janeiro	219.711	210.184	222.042	212.329
Contribuição dos patrocinadores Contribuição dos empregados Benefícios pagos Retorno esperado dos ativos do plano	9.713 260 (11.900) 38.885	10.165 482 (9.806) 8.686	9.825 261 (11.984) 39.380	10.298 490 (9.807) 8.732
Em 31 de dezembro	256.669	219.711	259.524	222.042

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em 1º de janeiro	196.773	205.606	198.861	207.698
(Ganhos) perdas atuariais	32.227	(27.666)	32.574	(28.049)
Custo dos serviços correntes	2.472	4.545	2.559	4.675
Custo financeiro	24.176	23.612	24.436	23.854
Contribuições dos empregados	260	482	261	490
Benefícios pagos	(11.900)	(9.806)	(11.984)	(9.807)
Em 31 de dezembro	244.008	196.773	246.707	198.861

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Cc	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Custo dos serviços correntes Custo financeiro	2.472 (426)	4.545 (706)	2.559 (431)	4.675 (715)	
Total incluído nos custos de pessoal	2.046	3.839	2.128	3.960	

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

. Hipóteses econômicas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto (*)	10,86	12,68	10,86	12,68
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,86	12,68	10,86	12,68
Aumentos salariais futuros	7,37	7,52	7,37	7,52
Inflação	4,85	5,00	4,85	5,00

^(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 4,85% a.a. mais juros 5,73% a.a para o ano de 2016 (inflação de 5,00% a.a. mais juros de 7,31% a.a. para o ano de 2015).

. Hipóteses demográficas

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Tábua de mortalidade Tábua de mortalidade e inválidos Tábua de entrada em invalidez	AT 2000(*) RRB 1983 RRB 1944			

^(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

. Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (10,86% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2016.

- Total 244.008

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2016.

		Análise de Sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	11,86%	1% de aumento	(26.323)
Taxa de desconto	9,86%	1% de redução	32.450

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	19.375	24.214	21.512	43.390
Provisão para comissões	28.414	36.864	30.163	40.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.999	5.175	47.752	24.952
Provisão para participação nos resultados	40.687	18.118	40.687	19.493
Provisão para contingências	30.293	25.523	52.846	27.341
Provisão sobre avais com terceiros	-	75	-	146
Provisão para perdas nos estoques	3.313	857	6.256	7.328
Provisão para serviços de terceiros	10.190	12.231	10.190	12.231
Provisão para rescisões contratuais	28.823	13.779	28.823	13.779
Estoques não realizados	9.392	8.616	9.392	8.616
Ajuste a valor presente	1.654	2.590	1.654	2.919
(Mais valia de combinação de negócio)	-	-	(24.413)	-
(Depreciação fiscal)	(32.067)	(32.565)	(32.067)	(45.318)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	(4.476)	(155)	(4.476)	(882)
Outras provisões	10.100	3.340	16.913	27.835
Base de cálculo	151.697	118.662	205.232	182.753
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.577	40.345	69.779	62.136

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

		Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
De 13 meses em diante	51.577	40.345	69.779	62.136	
	51.577	40.345	69.779	62.136	

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

-	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	271.949	91.949	370.237	127.717
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
<u>-</u>	92.463	31.263	125.881	43.424
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(2.032)	(7.327)	-	(11.219)
Juros sobre capital próprio	(40.267)	(14.723)	(40.267)	(14.723)
Incentivo fiscal PDI (i)	-	(10.310)	-	(10.310)
Participação dos administradores	(2.691)	(2.285)	(2.691)	(2.285)
Preço de transferência	1.797	-	1.797	-
IR/CS sobre resultados no Exterior	-	10.239	981	10.239

Prejuízo fiscal de empresas controladas Outras adições (exclusões)	3.291	(1.857)	55.307 6.683	15.038 8.470
	52.561	5.000	147.691	38.634
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido	(61.743) 9.182	(13.658) 8.658	(142.369) (5.322)	(44.268) 5.634
	52.561	5.000	147.691	38.634
Alíquota efetiva - %	19	5	40	30

(i) Incentivo – Programa de desenvolvimento industrial.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 925.196.009 (896.900.084 em 31 de dezembro de 2015) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 586.570.265 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 340.542.666 (327.101.649 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 4.949.901 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 974.068 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 1,8500 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 2.716. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 22.957. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei n° 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 118.432 (R\$ 43.302 em 2015) sendo pagos a partir de 15 de dezembro de 2016, na razão de R\$ 0,131 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 40.267 (R\$ 14.723 em 2015), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício (Controladora)	219.388	86.949
Reserva legal (5%)	(10.969)	(4.347)
Base de cálculo para dividendos	208.419	82.602
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	52.105	20.651
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	66.327	22.651
Total de dividendos propostos pela Administração	118.432	43.302
Dividendos intermediários pagos	52.105	20.651
Dividendos propostos e pagos adicionais ao mínimo obrigatório	66.327	22.651
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos e pagos antecipadamente		
Valor bruto	118.432	43.302
Imposto de renda na fonte (15%)	(17.765)	(6.495)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	3.672	1.487
Valor líquido dos juros creditados	104.339	38.294
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	104.339	38.294

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

			Consolidado
Natureza do ativo	Valor patrimonial	2016	2015
Estoques, prédios e conteúdos Veículos	Incêndio e riscos diversos Colisão e responsabilidade civil	878.630 36.033	787.857 38.252
		914.663	826.109

24 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2016, avais e/ou fianças no montante de R\$ 15.965 (R\$ 18.582 em 31 de dezembro de 2015), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 45.829 (R\$ 22.317 em 31 de dezembro de 2015) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

25 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2016, em conformidade com o disposto na Lei n° 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2016 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2017.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos e serviços vendidos	25.825	9.468	26.922	9.732
Despesas com vendas	8.406	2.619	8.474	2.630
Despesas de administração	5.603	2.920	5.815	4.905
	39.834	15.007	41.211	17.267

26 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

		Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Vendas brutas de produtos e serviços Impostos sobre vendas e devoluções	1.805.986 (223.803)	2.058.158 (350.500)	2.874.909 (300.816)	3.193.687 (454.555)	
Receita líquida	1.582.183	1.707.658	2.574.093	2.739.132	

27 Despesas por natureza

<u>-</u>	(Controladora	Consolida		
<u>-</u>	2016	2015	2016	2015	
Matérias-primas e materiais de consumo	927.852	916.528	1.547.881	1.508.508	
Serviços de terceiros e outros	143.008	171.247	212.665	253.938	
Remuneração direta	357.631	366.788	573.384	634.096	
Remuneração dos administradores	16.089	15.156	16.089	15.156	
Participação dos empregados nos lucros e resultados	39.834	15.007	41.211	17.267	
Encargos de depreciações e amortizações	21.752	22.721	49.691	46.437	
Despesas com previdência privada	6.848	16.457	6.975	16.543	
Outras despesas	49.976	53.517	106.621	94.544	
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas					
administrativas.	1.562.990	1.577.421	2.554.517	2.586.489	

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	C	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Alienação de ações da New Flyer	-	-	268.133	-
IOF – Impostos sobre operações financeiras	(1.771)	(625)	(1.329)	(1.517)
Indenizações trabalhistas	(21.629)	(16.384)	(21.629)	(17.538)
Restruturação da rede de vendas	(25.908)	-	(32.705)	-
Outras despesas	(16.109)	(6.819)	(22.114)	(515)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(65.417)	(23.828)	190.356	(19.570)

29 Resultado financeiro

		Controladora	Consolidad	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras			<u> </u>	
Juros e variações monetárias recebidos	11.904	8.944	9.994	15.910
Juros sobre derivativos	12.500	479	12.500	479
Rendas de aplicações financeiras	115.952	93.966	129.421	101.174
Variação cambial	327.359	261.079	358.541	284.811
Variação cambial sobre derivativos	39.968	17.730	40.578	18.217
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	20.199	21.605	26.500	28.590
	527.882	403.803	577.534	449.181
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(77.760)	(68.411)	(94.967)	(75.943)
Juros sobre derivativos	(1.747)	(1.948)	(2.017)	(1.948)
Variação cambial	(305.077)	(329.426)	(342.415)	(360.368)
Variação cambial sobre derivativos	(27.750)	(8.961)	(28.959)	(10.502)
Despesas bancárias	(13.085)	(13.283)	(16.224)	(15.925)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(21.959)	(17.784)	(26.658)	(22.847)
	(447.378)	(439.813)	(511.240)	(487.533)
Resultado financeiro, líquido	80.504	(36.010)	66.294	(38.352)

30 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

-	Controladora		Consolida		
	2016	2015	2016	2015	
Lucro atribuível aos acionistas	219.388	86.949	222.546	89.083	
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	897.143	890.976	897.143	890.976	
Lucro por ação	0,2445	0,0976	0,2481	0,1000	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

<u>-</u>	Controladora			Consolidado	
_	2016	2015	2016	2015	
Lucro atribuível aos acionistas	219.388	86.949	222.546	89.083	
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares) Ajustes de:	897.143	890.976	897.143	890.976	
Exercício das opções de compra de ações	4.950	5.924	4.950	5.924	
Lucro por ação	0,2432	0,0969	0,2467	0,0993	

31 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

ceiro
2015
9.164
-
-
4.158
-
5.743
9.065

Não circulante

	Consolidado		Industrial		Industrial		Financeiro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Ativos financeiros mensurados ao								
valor justo através do resultado	18.817	47.345	18.817	47.345	-	-		
Contas a receber de clientes	481.643	538.215	-	-	481.643	538.215		
Outras contas a receber	110.098	76.318	101.874	74.421	8.224	1.897		
Investimentos	309.074	516.129	309.074	516.129	-	-		
Propriedades para investimentos	48.941	-	48.941	-	-	-		
Imobilizado	708.269	561.340	707.914	560.948	355	392		
Ágio e intangível	234.689	310.597	234.331	310.154	358	443		
	1.911.531	2.049.944	1.420.951	1.508.997	490.580	540.947		
Total do ativo	4.968.269	5.038.863	4.071.384	4.078.851	896.885	960.012		
Passivo								
Circulante Fornecedores	251.454	249.138	251.454	249.138				
Empréstimos e financiamentos	925.062	249.138 965.139	650.990	690.540	274.072	274.599		
Instrumentos financeiros derivativos	492	905.139	492	921	274.072	214.399		
Outras contas a pagar	484.716	376.976	472.694	362.116	12.022	14.860		
Outrus contais a pagar	404.710	370.770	472.074	302.110	12.022	14.000		
	1.661.724	1.592.174	1.375.630	1.302.715	286.094	289.459		
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	1.374.172	1.509.707	994.914	1.065.107	379.258	444.600		
Outras contas a pagar	63.856	74.799	63.856	74.799				
	1.438.028	1.584.506	1.058.770	1.139.906	379.258	444.600		
Participação dos acionistas não								
controladores	32.108	34.098	32.108	34.098				
Patrimônio líquido atribuível aos								
controladores	1.836.409	1.828.085	1.604.876	1.602.132	231.533	225.953		
Total do passivo	4.968.269	5.038.863	4.071.384	4.078.851	896.885	960.012		

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Operações		·	·			
Receita líquida de vendas e serviços	2.574.093	2.739.132	2.521.950	2.688.298	52.143	50.834
Custo dos produtos vendidos e dos						
serviços prestados	(2.248.335)	(2.263.165)	(2.248.335)	(2.263.165)	-	-
Lucro bruto	325.758	475.967	273.615	425.133	52.143	50.834
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(140.920)	(164.841)	(120.135)	(163.385)	(20.785)	(1.456)
Despesas administrativas	(165.262)	(158.483)	(149.064)	(142.874)	(16.198)	(15.609)
Outras receitas (despesas) operacionais						
líquidas	190.356	(19.570)	192.117	(18.666)	(1.761)	(904)
Resultado de equivalência patrimonial	94.011	32.996	94.011	32.996	-	-
Lucro operacional	303.943	166.069	290.544	133.204	13.399	32.865
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	577.534	449.181	577.534	449.181	-	-
Despesas financeiras	(511.240)	(487.533)	(511.240)	(487.533)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da						
Contribuição social	370.237	127.717	356.838	94.852	13.399	32.865
Imposto de renda e contribuição social	(147.691)	(38.634)	(141.611)	(24.600)	(6.080)	(14.034)
Lucro líquido do exercício	222.546	89.083	215.227	70.252	7.319	18.831

32 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

<u>-</u>	Co	nsolidado	Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
_	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	222.546	89.083	215.227	70.252	7.319	18.831
Ajustes para conciliar o resultado às						
disponibilidades geradas pelas atividades						
operacionais:	40.601	16 127	40.421	46 149	260	200
Depreciações e amortizações	49.691	46.437	49.431	46.148	260	289
Ganho (perda) na venda de ativos de	(109 650)	2.901	(109 662)	2.762	3	139
investimentos, imobilizados e intangíveis	(198.659) (94.011)	(32.996)	(198.662) (94.011)	(32.996)	3	139
Equivalência patrimonial Provisão para créditos de liquidação	(94.011)	(32.990)	(94.011)	(32.990)	-	-
duvidosa	22.629	(4.643)	4.723	(2.989)	17.906	(1.654)
Imposto de renda e contribuição social	22.029	(4.043)	4.723	(2.909)	17.900	(1.054)
corrente e diferido	147.691	38.634	141.611	24.600	6.080	14.034
Juros e variações apropriados	(40.194)	160.095	(78.108)	133.907	37.914	26.188
Participações dos não controladores	3.158	2.134	3.158	2.134	-	-
Variações nos ativos e passivos						
Redução em contas a receber de						
clientes	252.309	168.653	172.666	166.287	79.643	2.366
Redução (aumento) títulos e valores						
mobiliários	(13.859)	39.012	(13.859)	39.012	-	-
Redução nos estoques	1.399	64.251	1.399	64.251	-	-
(Aumento) redução outras contas a receber	(13.551)	(29.562)	(4.752)	(39.462)	(8.799)	9.900
(Redução) em fornecedores	(29.480)	(56.318)	(29.480)	(56.318)	-	-
Aumento (redução) em contas a pagar e						
provisões	3.687	47.835	(6.905)	51.675	10.592	(3.840)
Caixa gerado nas atividades operacionais	313.356	535.516	162.438	469.263	150.918	66.253
Impostos sobre o lucro pagos	(142.369)	(44.268)	(122.860)	(31.243)	(19.509)	(13.025)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	170.987	491.248	39.578	438.020	131.409	53.228

Fluxos de caixa das atividades de

	C	onsolidado	Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
_	2016	2015	2016	2015	2016	2015
investimentos						
Investimentos	4.127	(128)	4.127	(128)	-	-
Dividendos de controladas , controladas em	10.550	20.621	10.550	20.621		
conjunto e coligadas	19.559	28.621	19.559	28.621	- (07)	(110)
Adições de imobilizado	(72.274)	(158.265)	(72.187)	(158.146)	(87)	(119)
Adições de intangível	(1.270)	(1.734)	(1.215)	(1.634)	(55)	(100)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	405.950	3.922	405.950	3.922	-	-
Caixa líquido obtido das atividades de						
investimentos	356.092	(127.584)	356.234	(127.365)	(142)	(219)
Fluxos de caixa das atividades de						
financiamentos						
Ações em tesouraria	1.802	2.788	1.802	2.788	-	-
Emissão de ações	43.707	-	43.707	-	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	641.263	767.717	425.650	530.954	215.613	236.763
Pagamento de empréstimos - principal	(878.397)	(525.072)	(592.531)	(256.427)	(285.866)	(268.645)
Pagamento de empréstimos - juros	(121.464)	(65.158)	(87.934)	(40.399)	(33.530)	(24.759)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e						
dividendos	(118.432)	(86.935)	(116.693)	(82.228)	(1.739)	(4.707)
Caixa líquido aplicado das atividades de						
financiamento	(431.521)	93.340	(325.999)	154.688	(105.522)	(61.348)
Efeito da variação cambial sobre caixa e						
equivalentes de caixa	(17.261)	31.543	(17.261)	31.543	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e						
equivalentes de caixa	78.297	488.547	52.552	496.886	25.745	(8.339)
Caixa e equivalentes de caixa no						
início do exercício	1.131.162	642.615	1.111.998	615.112	19.164	27.503
fim do exercício	1.209.459	1.131.162	1.164.550	1.111.998	44.909	19.164
equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no	1.131.162	642.615	1.111.998	615.112	19.164	27.503

33 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

		Consolidado
	2016	2015
Brasil África	1.738.293 92.889	2.009.525 98.275
Austrália China	367.251 63.432	324.149 67.045
Peru México	4.783 307.445	240.138
Mexico	2.574.093	2.739.132
	2.374.093	2.739.132

(b) Ativo imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	Consolidado		
	2016	2015	
Brasil	735.523	581.383	
África	12.203	12.699	
Austrália	128.340	162.507	
Canadá	45.504	88.943	
China	4.111	6.098	
México	17.174	20.237	
Uruguai	58	70	
Peru	45	<u>-</u>	
	942.958	871.937	

* * *